

## **RIO BRANCO EX MACHINA: REPENSANDO O BARÃO DO RIO BRANCO ATRAVÉS DO EXAME DA CENA DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA E HISTORIOGRÁFICA DA DÉCADA DE 1940**

Renato Amado Peixoto\*

### **Rio Branco, o Deus Ex Machina:**

Passados cem anos da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, seu nome identifica não apenas o indivíduo, mas também uma instituição, o Itamaraty, e toda uma corporação, a diplomática. Contudo, esse fenômeno não é único, nem mesmo novo, nem ao menos intermitente: desde antes do falecimento de Paranhos e continuando rotineiramente até os dias de hoje, várias produções acerca da vida e sobre a atuação do Barão do Rio Branco se prestaram tanto à construção de representações do Estado quanto à fabricação de posições no campo político.

Mais ainda, logo se constituiu um vínculo estreito entre a escrita histórica e a fabricação de lugares de fala e de memória, vínculo este que possibilitou mesmo a inauguração de um circuito de produção, ao qual se integraram, numa relação desigual e descontinua, o Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto Rio Branco e a Escola Superior de Guerra. Neste circuito e por meio de diferentes produções, o Barão do Rio Branco foi elevado tanto à símbolo da pátria quanto de diferentes posições e instituições, instalando-se, assim um verdadeiro jogo que ora aproxima, ora afasta as representações de Paranhos. Neste amplo teatro, o Barão do Rio Branco tem protagonizado às mais variadas cenas ou tem sido delas retirado de modo a se poder solucionar cada uma das tramas, a se autenticar cada um dos enredos – Paranhos tornou-se o Deus Ex Machina de todos os dramaturgos da política externa brasileira.

Em razão das construções simbólicas ou historiográficas sobre o Barão do Rio Branco não terem sido suficientemente investigadas ou mapeadas, se nos importarmos com a advertência de Pierre Bourdieu, dois riscos se colocam para nós, analistas ou historiadores da política externa: expor-nos a assumir um pensamento de Estado, ao aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado *ou* sermos pensados por um Estado que acreditamos pensar (BOURDIEU, 2001, pp. 91-92).

---

\*Professor Doutor – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [amado@cchla.ufrn.br](mailto:amado@cchla.ufrn.br)

Se pensarmos este problema por meio da ideia derridiana de autoria, podemos dizer que a assinatura funciona como um parâmetro no texto, tanto para orientar e limitar sua leitura, como para denunciar que o autor está desde sempre morto, e que o texto pode continuar a ser lido diante da sua ausência, mas que o nome do autor não protege esse texto contra a violência de outras leituras. Aproximando essa ideia de nosso problema, podemos colocar a assinatura de Paranhos servirá para conduzir as violências que o nome 'Paranhos' sofrerá, até ser transformado no Barão.

Explicar por meio da mesma ideia derridiana a impossibilidade de fixação da personalidade é colocar que cada autor é ele mesmo o somatório de seus precursores, mas que sua escrita já está contaminada pela assinatura de um outro. Cada autor também é um herdeiro que não apenas recebe, mas também decide o que herdará. Paranhos não seria apenas Paranhos, mas muitos outros que escolheu receber, no legado do pensamento da política externa brasileira (Derrida, 2004; Beato, 2006).

### **Tensões e incompreensões no centenário da morte de Rio Branco:**

Por meio deste raciocínio, poderíamos entender que as tensões e incompreensões surgidas recentemente no nível das discussões internas da corporação diplomática e no nível do pensamento ou do exercício da política externa, devem-se tanto a insuficiência de uma análise aprofundada da produção simbólica e historiográfica sobre o Barão do Rio Branco quanto a uma incompreensão por parte dos analistas e historiadores, de que o esforço de construção da representação do Estado faz parte da própria realidade do Estado e da concorrência no campo político.

Examinemos dois casos em que afloram tensões e incompreensões, ambos registrados no ano do centenário da morte de Rio Branco. O primeiro caso será trabalhado por meio do discurso de formatura da turma de diplomatas do Instituto Rio Branco; o segundo por meio de uma publicação sobre José Maria da Silva Paranhos Júnior.

No primeiro caso, durante a solenidade de formatura da turma de 2012 do Instituto Rio Branco, a oradora explicou, em nome do coletivo dos formandos, frente a uma plateia que incluía a Presidente da República e diplomatas estrangeiros, que a escolha do nome da turma visava homenagear uma colega recém-falecida e, lembrando a efeméride de Rio Branco, enfatizou que o gênero, a origem racial, a naturalidade, o lugar social da homenageada, em tudo se contrapunha a “José Maria da Silva Paranhos Júnior, homem branco, nascido no então centro econômico e político do país, o Barão do Rio Branco”. Em lugar da discussão de

méritos ou deméritos políticos, diplomáticos, geográficos ou históricos, Paranhos era simbolicamente lembrado como o epítome das elites opressoras do povo brasileiro.<sup>1</sup>

No segundo caso, num livro publicado por um diplomata de carreira, se aponta que “a ideia de permanência, de continuidade passou à condição de noção fundamental na construção do discurso diplomático brasileiro e da própria identidade nacional”, um “evangelho do Barão”, iniciado pelo próprio Rio Branco e perpetrado por seus sucessores, concluindo: “É evidente que, do ponto de vista da operação da política externa atual, suas ideias e posturas são inevitavelmente datadas e, em princípio, superadas.” Em lugar de buscar entender e deslindar os processos intestinos ou o *ethos* de uma corporação quase que bicentenária em meio ao processo de transformação do Estado ou de contextualizar esses esforços em sua interação com o espaço internacional, a entrada em cena de Paranhos é tornada o argumento condutor de uma leitura da identidade brasileira e a saída de cena de Paranhos é tomada como o final de uma releitura da política externa (SANTOS, 2012).

Apesar de tudo, acredito que os dois casos trabalhados acima não divergem dos temas, argumentos e raciocínios desenvolvidos nos últimos quinze anos pela produção dos intelectuais ligados ao Itamaraty e explicitado na fala dos diplomatas de carreira, uma vez que essas escritas e falas têm sido tensionadas pela necessidade de justificar, melhorar ou superar uma tradição instituída por Rio Branco ou a partir da memória deste. Num sentido ou noutro, podem-se elencar vários exemplos onde se aventa que essa tradição poderia ser reformada em razão de limitar as possibilidades do exercício da política externa ou de engessar as relações no interior da instituição, mas para efeito desta comunicação, me limitarei a trabalhar dois exemplos.

No primeiro, retirado de uma das biografias mais prestigiosas de Paranhos, seu autor, coloca, ao examinar o alinhamento com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, justificado como uma continuidade do legado de Paranhos: “se vivo fosse, o Barão teria perfeitamente compreendido a necessidade de atualizar o discurso e os objetivos diplomáticos, fazendo-os corresponder às novas prioridades”. Em lugar de se examinar o problema, no caso o emparelhamento da chamada ‘aliança não-escrita’ de Rio Branco, também uma construção historiográfica (PEIXOTO, 2011a, pp. 44-66), com o alinhamento com os Estados Unidos, o autor retorna o argumento para o contexto de Rio Branco, visando, com esse movimento, procurar justificá-lo (RICUPERO, 2000, p. 61).

No segundo exemplo, na publicação de um trabalho acadêmico sobre o Instituto Rio Branco, sua autora aponta que o processo de socialização experimentado pelos formandos daquele Instituto se baseava na rememoração de uma tradição assinalada pela onipresença da

memória de Paranhos, engendrava a reprodução de um *ethos* institucional rígido e exclusivista “mesmo com todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos” (MOURA, 2007, p. 110). No caso, mesmo que seu objetivo não fosse rastrear ou analisar o Instituto Rio Branco em sua ligação com os mecanismos de produção da tradição, a autora aponta, com clareza, o desconforto frente a uma tradição que considera mal alinhavada em relação às transformações atravessadas pelo país.

### **As cenas de produção simbólica e historiográfica**

Um dos antídotos contra os riscos acima, segundo o mesmo Bourdieu, seria “tratar de colocar em questão todos os pressupostos e todas as pré-construções inscritas na realidade que se trata de analisar e no próprio pensamento dos analistas” (BOURDIEU, 1996, p. 92).

Entendemos que esse esforço pode ser perseguido por meio da ideia derridiana de cena de tradução e de cena de escrita. No caso, poderíamos pensar na divisão na escrita que também marca a estrutura da assinatura e nos contextos linguísticos que formatam a escritura, mas, ao mesmo tempo, considerar que isso, que deve marcar um lugar e um tempo definidos, não existe como assinatura se não puder ser reconhecido na tradução (DERRIDA, 2004). Pensar uma cena de escrita e sua cena de tradução é, portanto, desconstruir as formas pré-concebidas e estratificadas com se construiu o Barão do Rio Branco, e implodir sua estrutura, objetivo que somente será atingido desde que sejam identificados os materiais linguísticos que foram utilizados para se traduzir Paranhos no Barão do Rio Branco e desde que sejam compreendidos o lugar e o tempo em que a assinatura de Paranhos orientou a fabricação do Barão, sua reprodução e disseminação.

Nesta comunicação, trabalharemos uma cena de tradução e de escrita, a saber, a cena da produção simbólica e historiográfica sobre o Barão de Rio Branco da década de 1940, contudo, devemos deixar claro que trabalhamos a partir da perspectiva de que seria necessário examinar outras cenas para que pudesse ter uma visão mais completa da fabricação do Barão. Nesse entendimento, a primeira destas cenas, extremamente complexa, pode ser recortada nos quinze anos do início do século XX, devendo ser examinada através de várias articulações e iniciativas pessoais e de grupo, dentre as quais a do próprio Rio Branco, que resultaram em consolidar a corporação e a instituição diplomática. Esta cena recebe ainda os insumos da crise na espacialidade nacional e de sua inserção no contexto imperialista. Saliento que esta hipótese foi corroborada recentemente pela divulgação dos escritos que Paranhos havia proibido de serem divulgados e reproduzidos antes de estarem decorridos cem anos de seu falecimento.

A segunda cena iniciar-se-ia antes mesmo da morte de Rio Branco e deve ser compreendida como um esforço não coordenado, mas situado em locais de produção cuja estratégia perpassava ou combinava-se com as intenções manifestadas por Paranhos em sua vida, como, por exemplo, nos grupos monarquistas, no IHGB e no Itamaraty.

A terceira cena é a que procurarei trabalhar nesta comunicação e que possui implicações diretas com ambientes e problemas atuais que cuidarei de apenas apontar nesta comunicação, por conta mesmo da exiguidade do tempo que nos está disponibilizado. O recorte inicial desta cena deve-se à iniciativa do Itamaraty de comemorar o centenário do nascimento de Rio Branco por meio da publicação de uma biografia autorizada e de várias obras de suporte, dentre as quais, a de uma coleção completa de escritos de Rio Branco. Segue-se a este esforço a criação do Instituto Rio Branco, a implantação de seus cursos e a coligação de interesses que se desenvolveram na criação e na manutenção da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta cena recebe os insumos de certas iniciativas do Estado Novo, depois da Guerra Fria e pela compreensão de vários saberes seriam condensados no Brasil no saber geopolítico.

Nesse sentido a mobilização em torno do Barão se integra no panorama mais amplo da produção de uma identidade nacional face ao esforço centralizador do Estado Novo, que recolhe subsídios imediatos do integralismo, da geopolítica e do pensamento católico, assim como este também procura integrar a antiga produção do Império. Contudo, a grande diferença a mobilização em torno do Barão se integrava ainda a outro esforço preexistente, o de uma articulação corporativa atuante que fora estimulada e dinamizada pelo próprio Paranhos.

A quarta cena corresponde, de modo grosseiro, aos anos que vão do início da Ditadura Militar até a última década do século XX e deve ser remetido às leituras que se aproximam ou se afastam daquilo que é identificado com os alinhamentos externos e internos do Regime e foi trabalhada em nosso texto ‘Depois aconteça o que acontecer’ (PEIXOTO, 2011a).

Portanto, por meio dessa inserção num trabalho de longo prazo, justifica-se a arremetida desta comunicação no exame da tradução de Paranhos no Barão por meio do exame da cena de produção simbólica e historiográfica da década de 1940, uma vez que isto obrigatoriamente faz surgir os conflitos e os confrontos que explicitam suas lógicas e faz emergir os seus elididos e excluídos. Este exercício derridiano, alinhado com a proposta denominada por Bourdieu de *modelo de emergência do Estado* (BOURDIEU, 1996, p. 98), permite reatualizar possibilidades que não foram postas em prática e recolocar em questão as

possibilidades que se concretizaram dentre outras, em nosso caso, possibilitando colocar a ideia de que Rio Branco era também um tradutor de um saber do espaço da nação, da instituição diplomática e de seus agentes já era centenário em sua morte. Permite também conduzir a um objetivo pedagógico, o de explicitar que a memória não deve ser reduzida a uma reserva consciente, nem a uma rememoração.

### **A cena de produção simbólica e historiográfica das décadas de 1940 e 1950**

Para colocarmos a ideia de que uma cena de produção simbólica e historiográfica sobre o Barão do Rio Branco se constitui nas décadas de 1940 e 1950 é necessário compreender que suas condições começaram a se esboçar já a partir de 1933 no circuito que então abrangia apenas o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recebendo os influxos as contribuições do pensamento católico, do saber geopolítico e das várias correntes políticas que se abrigavam então no integralismo.

Em 1936, nas comemorações do Dia da América as discussões no IHGB estavam centradas na defesa do pan-americanismo como base da inserção do Brasil na América e no mundo. A interpretação que Pedro Calmon defendia então no Instituto era a de que Rio Branco havia constituído um ‘sistema’ que o Instituto, por meio de seu Presidente, Afonso Celso, havia transformado em Programa. Essa interpretação partia de uma leitura fora de contexto do artigo ‘O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo’ escrito por Paranhos, utilizando o pseudônimo de J. Penn, quando da visita de Elihu Root ao Brasil (PEIXOTO, 2011a, p. 50-51). Por essa leitura, a aproximação com os Estados Unidos, estabelecida por Paranhos, fazia parte mesmo das origens da construção da nação independente, constituída a partir da participação dos homens que fizeram a Independência, os "serenos e graves arquitetos da nação" que depois se recolheriam ao IHGB "integrando fora do Estado o senado egrégio dos historiadores" (DOU, 1936a). Afonso Celso, presidente do IHGB, endossando essa leitura, destacava que a aproximação com os Estados Unidos tinha ainda a ver com a ligação do Brasil num destino comum com sua antiga metrópole, “o pequenino Portugal” e com a vocação do “pequenino país”, que fundou um novo destino para o cristianismo na América. O destino do Brasil fazia parte da tarefa de regeneração da humanidade, pois o Brasil era uma “miniatura do universo na multiplicidade de seus panoramas, síntese da humanidade na coloração de suas populações, resumo da história nas emoções de seu desenvolvimento”. A própria expansão do Brasil no continente tinha a ver com esse destino que se casava como o pan-americanismo e, porquanto, com os Estados Unidos, seria nesse

sentido que Affonso Celso apontaria que a doutrina de Monroe pouco acrescentaria à “fórmula” de Alexandre de Gusmão.

A leitura de Pedro Calmon e Affonso Celso, ao mesmo tempo em que apontava o sistema constituído por Rio Branco, defendia também um programa para o próprio IHGB que, nessa lógica, desdobrava-se para uma compreensão do que deveria ser a atuação do Brasil no mundo: brasilidade, americanidade, humanidade, na definição de Affonso Celso, “patriotismo, solidariedade e cooperação da família continental, confraternização cristã com todos os povos”. Vemos assim se estabelecer no IHGB a ideia do ‘sistema de Rio Branco’, a primeira versão da ‘aliança não escrita’ do Brasil com os Estados Unidos, que seria depois consagrada por Edward Bradford Burns, contagiando toda a produção historiográfica de 1960 em diante. O ‘programa’ de Affonso Celso também influenciaria decisivamente o pensamento geopolítico brasileiro, sendo replicado pelo mais famoso dos geopolíticos patricios, Golbery do Couto e Silva em sua ‘Teoria dos Círculos Concêntricos’.

De modo a embasar nossa discussão, vale a pena notar que parte do argumento principal do ‘programa’ de Affonso Celso, a atuação de Alexandre de Gusmão na feitura do Tratado de Madri e sua importância para a constituição do espaço nacional foi retirada de outro ‘programa’ do próprio IHGB, o ‘Programa Geográfico’ de 1839, de autoria de Fernandes Pinheiro, então presidente do Instituto, a partir dos insumos da Secretaria dos Negócios Estrangeiros (PEIXOTO, 2011b). No caso, o argumento de Affonso Celso foi reatualizado por meio da leitura do texto de Rio Branco, em diálogo com os insumos fornecidos por um dos sócios do IHGB, Rodrigo Otávio Langgaard de Meneses, e ambos os raciocínios se ligavam também em razão da preparação da comemoração de duas efemérides, a do centenário de nascimento do Barão de Rio Branco em 1945 e a do bicentenário da assinatura do Tratado de Madri em 1950.

A organização da comemoração da efeméride de Rio Branco começou a ser preparada já em 1942 quando Osvaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores convidou Álvaro Lins a escrever a biografia de Paranhos. Também se constituiu a ‘Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco’ que seria chefiada por Jorge Latour e integrada por Sérgio Correia da Costa e Luiz Nogueira Porto até 1944, depois substituídos por Jaime de Azevedo Rodrigues e Roberto Assunção de Araújo.

A comemoração do centenário de nascimento incluía a emissão de selos e medalhas comemorativas; uma cerimônia para a concessão de benefícios para as filhas de Paranhos e a construção de um monumento no centro do Rio de Janeiro. A Comissão ficou especificamente incumbida de organizar o Arquivo de Rio Branco no Itamaraty, uma Exposição comemorativa

e a solenidade comemorativa do natalício, além de publicar diversos títulos sobre Paranhos, dentre os quais, as Obras Completas do Barão do Rio Branco.

Coube a esta Comissão a proposta de criação do Instituto Rio Branco, apoiada por José Carlos de Macedo Soares, ex-ministro das Relações Exteriores, presidente do IHGB e do Instituto Brasileiro de Estatística e de seu irmão José Roberto Macedo Soares, também ex-ministro das Relações Exteriores. O decreto que instruía sua criação, aprovado às vésperas da comemoração, destinava o Instituto à formação, aperfeiçoamento e especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, mas previa também a realização de cursos e a difusão de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais e a realização de pesquisas sobre história política e diplomática.

Na prática, já se administravam dentro do Ministério das Relações Exteriores cursos destinados à formação de pessoal antes mesmo da constituição formal do Instituto Rio Branco, contudo se possibilitava agora não apenas a regulação do ingresso dos futuros diplomatas, mas também a instrução de um *habitus*, inclusive por conta de uma formação continuada, já que o Instituto poderia funcionar segundo um modelo acadêmico.

Nesse sentido, o Instituto Rio Branco serviria não apenas para perenizar a memória de Paranhos, mas para entronizar uma imagem do Barão que se constituía a partir de um contexto que repercutiria não apenas as discussões levadas a cabo no IHGB, mas também todo um ideário a partir das quais estas discussões eram formuladas num circuito que reunia o IBGE e o Ministério das Relações Exteriores. Assim, a Geopolítica, se tornaria um saber privilegiado neste Instituto porque estava ligado às necessidades de organização e interiorização do Estado e ao pensamento estratégico do Exército. Refletindo do pensamento católico especialmente sua tomada de aproximação em relação ao anticomunismo, a Geopolítica servia também como chave de leitura de uma nova inserção do Brasil no mundo, condicionada pela necessidade de uma releitura ainda mais severa do pan-americanismo, agora a partir da necessidade de incorporação do Brasil à nova ordem da Guerra Fria e à liderança estadunidense. Se tomados, por exemplo, os discursos e escritos da comemoração do centenário, pode-se observar que a figura do Barão era construída tomando como base a impossibilidade mesma de intervenção do Brasil num momento, segundo Austregesilo de Athayde, em que “os problemas internacionais se tornavam mais árduos” (ATHAYDE, 1945). Nesse sentido urgia cultivar a tradição, até porque Rio Branco era então saudado como o prógono do pan-americanismo e exaltado como uma força demiúrgica, igualado assim a Alexandre de Gusmão e a José Bonifácio como um dos fundadores do Brasil. Mais ainda, porque Rio Branco pensara o Brasil a frente de seu tempo, como “um transvidente [...] vendo

as coisas, que não têm, em regra, para olhos comuns, forma, nem cor, nem volume próprios [...]” (RENAULT, 1945). Tomada nesta conjuntura, a Geopolítica não era apenas um saber que permitia a intervenção sobre o espaço e o território, mas uma presciência que permitira a atuação desses demiurgos em favor da pátria.

O Instituto Rio Branco se constituiu então não apenas como um centro formador de diplomatas, mas como uma academia que replicava o saber geopolítico e o adaptava à História Pátria por meio de uma narrativa da atuação desses demiurgos. É interessante fazer notar que representantes de outros ministérios assistiam à Comissão Preparatória, e dentre estes se encontrava Lysias Augusto Rodrigues, militar da Aeronáutica que se tornaria um dos mais prolíficos escritores de textos geopolíticos. Do mesmo modo, em 1944, antes mesmo da formalização do Instituto, já estava oficializado o vínculo do Ministério das Relações Exteriores com o grande artesão da costura da história com a geopolítica, o português Jaime Cortesão.

Em 1945 começaram a ser endereçados convites a alguns acadêmicos atuantes no campo da cartografia e da geopolítica para integrar o esforço do Instituto Rio Branco, dentre outros, Fernando Antônio Raja Gabaglia e Everardo Backheuser, ambos ligados ao IBGE, sendo que o segundo era não apenas o maior expoente da geopolítica brasileira, mas também a liderança da pedagogia católica. Com esse esforço de arregimentação visava-se, sobretudo, ativar o funcionamento do Itamarati como um ambiente universitário, aberto a outros funcionários públicos e ao pessoal de instituições “que se relacionassem à matéria lecionada” (OLIVEIRA, 2010), não por coincidência um dos objetivos que também seria perseguido por outra instituição que se formaria na década de 1940, a Escola Superior de Guerra.

Para Cortesão, Rio Branco era um protótipo, em suas palavras “Eu preparei a flecha e depois passá-la-ei a outras mãos válidas e moças, para que elas desfechem o tiro, para que possam acertar no alvo, que eu depois não posso atingir” (Oliveira, 2010). Para Backheuser, Paranhos era um epítome: “O Barão do Rio Branco foi um dos maiores, senão o maior dos geopolíticos brasileiros, pois que mais do que qualquer outro cidadão dilatou conscientemente o espaço da sua Pátria!” (SANTOS, 1989, p. 419).

Por meio dos cursos lecionados e dos livros resultantes dos diálogos encetados, como ‘Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri’, um constructo que articula uma formulação pretérita da pátria por meio da atuação de Gusmão, e de ‘Raposos Tavares e a Formação Territorial do Brasil’, no qual fabricou, a partir dos insumos de Gustavo Barroso, a ideia de que Portugal já pensava o espaço nacional por meio de um olhar cartográfico, o da ‘Ilha-Brasil’. Assim, Jaime Cortesão constituiu o amálgama da figura do Barão com a geografia e a

História Pátria, alteando um panteão diplomático onde pedagogia, geopolítica e história, memória e rememoração, formação de diplomatas e condução da política externa formavam sua base (ou seus deuses).

### **Conclusões**

Esse amálgama nortearia tanto a instrução dos diplomatas no Instituto quanto à reinserção continuada de certos enunciados nas discussões da política externa brasileira no Ministério das Relações Exteriores. São as causas das tensões e das incompreensões que citamos no início desta comunicação uma vez que são repetidos e repercutidos num circuito de produção historiográfica sobre o Barão já bem estabelecido.

A partir da constituição da cena de produção simbólica e historiográfica da década de 1940 Paranhos deixou de ser examinado e suas ações e atuações deixaram de ser material de interpretação sobre o qual se poderia trabalhar por meio de uma reflexão teórica e metodológica genuína. Isto não se tornou mais possível já que todas as possibilidades se haviam cristalizado e, ao contrário, uma figura e uma memória do Barão do Rio Branco, engessadas pelos contextos de sua produção, retornaria como o Deus Ex Machina da política externa brasileira, para explicar todos seus enredos.

Urge contornar essas teias e retomar Paranhos, mesmo porque o legado do pensamento da política externa brasileira a partir do qual este refletiu deve ser examinado e compreendido. Mesmo porque, se retornarmos com o conceito derridiano de autoria, Rio Branco não é apenas Paranhos, mas também Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, Fernandes Pinheiro e outros. Em honra destes precursores de Paranhos, permito-me encerrar com a famosa advertência feita por Horácio em sua ‘Arte Poética’, conforme a tradução de Cândido Lusitano em 1778:

Os lances e incidentes hão de ir enlaçados uns com os outros, de maneira que quando for necessário ao Poeta mostrar a solução do enredo, não se valha do socorro de alguma Divindade, como fez Eurípedes na sua Medeia [...] que foi o primeiro, que introduziu as Máquinas no teatro, isto é, Divindades vindas do Céu a desatar o enredo quando o Poeta, por força própria, o não pode desembaraçar.

### **Bibliografia:**

Beato, Zelina Márcia Pereira. ‘Derrida e a cena da tradução na cena da escrita de Freud’. In. Sínteses- Revistas dos Cursos de Pós-Graduação. Vol. II., p. 89-98, 2006.

Bourdieu, Pierre. "Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático." In. Razões práticas: Sobre a teoria da ação, pp. 91-136. Campinas: Papirus, 1996.

Derrida, Jacques. De que amanhã: diálogo/Jacques Derrida; Elisabeth Roudinesco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DOU, Sessão do IHGB de 14/04/1936, 23/04/1936, p. 8505-8510.

DOU, Sessão do IHGB de 14/04/1936, 23/04/1936, p. 8505-8510.

Moura, Cristina Patriota de. O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

Oliveira, Francisco Roque de. "História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944". 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia: Agendas para História da Cartografia Iberoamericana, São Paulo, abril de 2010 – Memórias do evento. São Paulo: Laboratório de Geografia Política (Departamento de Geografia – USP); Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (Departamento de História - USP / FAPESP); Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP), 2010, 28 pp.

Peixoto, Renato Amado. "Depois aconteça o que acontecer": por uma rediscussão do Caso Panther e da política externa de Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso), v. 54, p. 44-66, 2011.

Peixoto, Renato Amado. 'Enformando a nação: a construção da história do espaço nacional no projeto historiográfico do IHGB e seu exame por meio do estudo cartográfico' In. Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN, 2011

Ricupero, Rubens. Rio Branco: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Santos, Luís Cláudio Villafañe G. O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira. Editora Unesp: São Paulo, 2012.

Santos, Sydney M. G. A cultura opulenta de Everardo Backhauser. Rio de Janeiro: Ed. Carioca de Engenharia, 1989.

## Nota

---

<sup>1</sup> Discurso proferido pela oradora Secretária Maria Eugênia Zabotto Pulino, por ocasião da cerimônia de formatura da Turma 'Milena Oliveira de Medeiros'. Brasília, 20 de abril de 2012. Disponível no YouTube [http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=d02HOA8Flp0](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=d02HOA8Flp0). Acessado em 04/11/2012.